

Congresso vazio lota os aviões com carga postal

Brasília — Sexta-feira, 10 de outubro: saem do Congresso Nacional para serem transportadas, via terrestre, nada menos do que 15 toneladas de correspondência. Terça-feira, 14 de outubro: embarcam por avião, de Brasília, cerca de 34 mil quilos de correspondência, entre estes, 10 mil quilos têm como único emissor a Câmara dos Deputados, onde o que menos há, a uma mês das eleições, é deputado.

Em tempos comuns, o tráfego diário de correspondência enviada pelo Congresso Nacional não passa — segundo a Empresa de Correios e Telégrafos — de 2 toneladas e meia. Agora, na temporada de caça ao voto, o volume foi multiplicado, tantas vezes, que até o espaço físico das agências da ECT na Câmara e no Senado tornou-se pequeno para comportar a correspondência.

Pelos corredores do andar térreo do Anexo 4 do Congresso — onde se localiza a agência da ECT na Câmara —, dezenas de caixas, pacotes e sacolas, repletos de impressos e cartas dos parlamentares a seus possíveis eleitores, estendem-se pelo chão, atrapalhando o trânsito de pessoas pelo local. Os correios têm feito de tudo para enfrentar a demanda. De sete, os funcionários da empresa na agência do Senado passaram a 14%; na da Câmara subiram de 30 para 45%. O regime de trabalho tem sido das 8 da manhã às 10 ou 11 da noite.

Um novo método de embarque da correspondência também tem sido experimentado. Na medida do possível, a correspondência enviada pelo Congresso nem passa pela agência central da ECT em Brasília: vai direto da Praça dos Três Poderes para os aviões ou caminhões que a transportarão a seus destinos. Mesmo

assim, a presteza dos serviços da ECT está comprometida. Toneladas de cartas e impressos dos parlamentares — privilegiadas por lei com o benefício da prioridade no transporte durante os três meses que antecedem as eleições — passam na frente da correspondência comum.

As desvantagens dos contribuintes vão além. Quase toda a correspondência enviada por deputados e senadores é feita através dos contratos de franquia ou porte pago que o Congresso tem com a ECT. Ou seja, individualmente os parlamentares não pagam nada para enviar sua propaganda eleitoral. Quem paga é o próprio Congresso Nacional ou, em última instância, o contribuinte. E como desde o congelamento do preço das tarifas — ocorrido com o Plano Cruzado —, o Tesouro Nacional já colocou na ECT cerca de Cz\$ 800 milhões, para cobrir os prejuízos da empresa no transporte da correspondência, no final das contas eleitorais, o contribuinte está pagando duas vezes por cada carta ou impresso enviado pelos parlamentares.

Apenas num dia da semana passada, sozinhos, dois senadores — Alfredo Campos, do PMDB mineiro, e Eunice Michilis, do PFL amazonense — mandaram, via correios, 10 toneladas de impressos pesando 150 gramas cada — tudo pelo contrato de franquia entre o Congresso e a ECT. Como as cotas da franquia aos parlamentares é ilimitada, alguns enviam tanta correspondência que precisam de pessoal trabalhando exclusivamente para si. Na sala da Comissão do Interior da Câmara, cerca de 30 menores estão trabalhando diariamente, envelopando folhetos de propaganda eleitoral do deputado Edison Lobão, candidato ao Senado pelo PFL do Maranhão.